

EDITAL

Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal de
Santa Maria da Feira:
Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo
56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio
do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do
qual faz parte integrante, a ata da reunião extraordinária desta Câmara
Municipal de 22 de junho de 2020, aprovada na reunião ordinária de 13
de julho de 2020, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da
Internet do Município de Santa Maria da Feira.————————————————————————————————————
Pacos do Concelho de Santa Maria da Feira, 14 de julho de 2020

O PRESIDENTE DA CAMARA,

(EMÍDIO FERREIRA DOS SANTOS SOUSA)



Ata n.º 77 – No dia 22 de junho de 2020, reuniu, extraordinariamente, às 9 horas e 30 minutos, por videoconferência, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Emídio Ferreira dos Santos Sousa, nos Paços do Município, e com a participação dos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Bruno Miguel de Sousa Mota.----Faltou a Sra. Vereadora Helena Maria de Sá Portela, por motivos pessoais, cuja falta a Câmara considerou justificada.-----Secretariou a reunião a Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Maria Isabel Soares Campos e Sousa, designada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de outubro de 2017. -----ORDEM DO DIA ------1 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2019 -----2 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano -----3 - Aditamento ao Contrato-Programa 2020 - Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.----- Aprovação da minuta -----4 – Empréstimo Médio/Longo Prazo – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----5 - Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. -----





6 – Contrato-programa a celebrar com a Administração Regional de
Saúde do Norte, IP - Construção das Unidades de Saúde de
Canedo, Nogueira da Regedoura e Milheirós de Poiares
- Aprovação de minuta
7 – Unidade de Saúde de Canedo
- Aprovação do projeto
8 - Unidade de Saúde de Nogueira da Regedoura/São Paio de
Oleiros
- Aprovação do projeto
9 - Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares
- Aprovação do projeto
A reunião foi declarada aberta pelo Sr. Presidente
ORDEM DO DIA
1 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município
2019
O Sr. Presidente apresentou à Câmara os documentos em epígrafe -
dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta
anexa ao respetivo livro de atas - a que se refere a sua proposta, datada
de 16 de junho de 2020, do seguinte teor:
"Proponho que a Câmara Municipal, nos termos das disposições nos
artigos 25.°, n.° 2, alínea l) e 33.°, número 1, alínea i), ambos da Lei n.°
75/2013, de 12 de setembro aprove os documentos de prestação de
contas consolidadas e submeta para apreciação e votação da



Assembleia Municipal, conforme informação técnica anexa à presente proposta."-----Acompanha a proposta supratranscrita a informação da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Sónia Azevedo, da mesma data, do seguinte teor: -----"Dando cumprimento ao determinado no artigo 75.º e 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conjugação com o disposto nos artigos 25.°, n.° 2, alínea l) e 33.°, número 1, alínea i), ambos da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se ao Órgão Executivo para aprovação, os documentos de prestação de contas consolidadas do Município relativos ao ano 2019. -----Os documentos de prestação de contas consolidadas foram elaborados e constam do relatório em anexo, encontrando-se devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.----Assim coloca-se à consideração superior a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e subsequentemente os submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal." -----O vereador Délio Carquejo fez a seguinte intervenção - passo a citar:----"Relativamente a este ponto, o sentido de voto vai exatamente no mesmo sentido daquilo que tinha sido já a nossa posição relativamente àquilo que foi apresentado inicialmente por esse Executivo. -----E, relativamente a esta prestação de contas, os vereadores o que é que verificam? Verificam que existe, de facto, uma descompensação entre aquilo que é a contribuição dos munícipes e aquilo que são os investimentos que, de facto, são efetuados pelo Executivo no terreno.



Para nós, entendemos aqui que existe a tal atitude perdulária perante as grandes concessionárias municipais, quer com a Indaqua quer com a P. Parques, e verifica-se um destaque aqui muito especial para o desmazelo, por assim dizer, comparativo com a gestão da Feira Viva em comparação com a Câmara, dado que a Feira Viva acumula dívidas a fornecedores aparentemente desnecessárias e tem créditos de curto prazo que são um pouco elevados. -----Nós aqui, relativamente a isto, achamos que deveria acontecer, na altura da atribuição do subsídio da Câmara todos os anos, deveria criar um excedente para liquidar as dívidas extraordinárias, principalmente aos fornecedores, que é coisa que não é feita. ------E. portanto, temos aqui um município que apresenta contas organizadas e um Feira Viva que tem estas contas apresentadas de forma muito desorganizada. -----Depois, verificamos também que, sem espanto, neste momento aquilo que o Executivo está a fazer é, de facto, a lançar obra no terreno. Isto tem, de facto, uma explicação que é a vontade de o Sr. Presidente mandar despachar serviço e, com isso, certamente, vai servir dois propósitos, garantir, por um lado, que a obra não é feita toda no próximo ano, ano eleitoral, e assegurar que, neste ano de pandemia, as contas não se apresentem demasiadamente gordas, porque isso, de facto, poderia ser mal interpretado, e nós sabemos que as pessoas estão de olho aberto. ------Contudo, isto é um gastar sem olhar à realidade das necessidades do Concelho e nem sequer neste tempo se aproveitou para deitar mãos à obra, por exemplo, na requalificação daquele que tem sido uma



22/06/2020

1 A

reivindicação da nossa população que é o parque escolar e que, em muitos locais, roça mesmo o abandono puro e simples das políticas deste Executivo. -----Portanto, era isto que nós tínhamos a dizer relativamente a este ponto e gostaria que aquilo que eu acabei de referir também servisse quase como declaração de voto relativamente a este ponto, do voto contra dos vereadores do Partido Socialista" - fim de citação. -----O Sr. Presidente disse que, obviamente, não ficou surpreendido com as declarações e a mistura que foi feita de consolidação de contas com alguns aspetos políticos, designadamente com o parque escolar, com obra, dizendo que considera que não é necessário dar a palavra ao vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, porque poderia, com certeza, enunciar 60 ou 70 empreitadas em curso, mas que dizer-se que se está à espera de eleições, esqueça-se, porque o mandato é muito curto, os mandatos das Câmaras são de 4 anos e se alguém estiver à espera de eleições para fazer o que quer que seja está desgraçado, acrescentando que o trabalho da Câmara é contínuo, faz-se no dia a seguir à tomada de posse e continua-se, muitas vezes, com o que já vem de trás. -----O Sr. Presidente concluiu dizendo assim que considera que a afirmação feita não é verdadeira, mas que compreende dentro do contexto e que, aliás, pensa que a Oposição se preocupa muito com o ano eleitoral e até, muitas vezes, chama à colação assuntos do Município para falar de campanha eleitoral, quando não há, porque, como diz sempre, a campanha eleitoral faz-se todos os dias, com toda a gente e com um



bom trabalho do Executivo, e que é isso que o Executivo Permanente procura fazer. -----Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar a proposta supratranscrita. ------Os vereadores António Bastos, Lia Ferreira, Délio Carquejo e Bruno Mota votaram contra. -----Tal como referido pelo vereador Délio Carquejo, a sua declaração de voto consubstancia-se na sua intervenção sobre o assunto. -----2 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano-----O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epigrafe, a que se refere a sua proposta, datada de 17 de junho de 2020, do seguinte teor: "Proponho que a Câmara Municipal, nos termos das disposições nos artigos 25.°, n.° 1, alínea a) e 33.°, número 1, alínea c), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprove a Alteração Orçamental Modificativa e submeta para apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme informação técnica anexa à presente proposta." ---Acompanha a proposta supratranscrita a informação da Chefe da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, Dra. Andrea Dias, da mesma

2.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento assenta fundamentalmente para inscrição de novos projetos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita.-----

data, do seguinte teor: ------

"A. Enquadramento ------



As regras relativas às modificações orçamentais encontram-se regulamentadas no ponto 8.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações), as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----Nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4, estabelecem-se as contrapartidas para a assunção obrigatória da forma de revisão ao orçamento. -----Contudo, é o ponto 8.3.2.2. do POCAL, onde encontra-se estabelecido a situação enquadrada pela modificação titulada como revisão ao PPI/PAM, cujo texto se cita "as revisões do plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso". -----A presente alteração Modificativa do Orçamento e das Grandes Opções do Plano dará origem às modificações nos documentos previsionais de 2020, operados, quer do lado da receita quer do lado da despesa, que se anexam. -----Alteração Orçamental Modificativa da Receita-----Na revisão orçamental em questão, inscrição de algumas rubricas e reforço de outra. -----Alteração Orçamental Modificativa da Despesa -----Inserção de algumas rubricas que não constavam do orçamento inicial e reforço de outras.-----Alteração Orçamental Modificativa do PAM ------Reforço da dotação de algumas rubricas e inscrição de novas rubricas--Alteração Orçamental Modificativa do PPI-----



Anulação da dotação de algumas rubricas	
Face ao exposto, para efeitos da demonstração	do cumprimento de
equilibrio corrente abaixo evidencia-se o cumprime	nto do mesmo:
Equilibrio corrente (artigo 40.º do RFALEI):	
Receitas correntes ≥ [Despesa Corrente + Amort. Me	édia de Empr. MLP
Face ao exposto anteriormente, importa concre	
cumprimento da regra de equilibrio orçamental, fac	ce à despesa corrente
máxima suscetível de ser considerada na sequ	uência da alteração
modificativa orçamental, que é a seguinte:	
Receita corrente (dotação atual)	61.336.889,00 €
Saldo reforço/Anulações de receita corrente	1.415.103,00 €
(decorrentes da 1.ª revisão)	
Reforço Despesa Corrente (decorrentes da 1.ª revisão)	7.056.213,15 €
Saldo reforço / Anulações de receita corrente	493.445,00 €
Total receitas correntes previstas	70.301.650,15 €
Amortizações médias para 2020	2.438.929,57 €
Máximo Despesa Corrente para 2020	67.862.720,58 €
Dotação da Despesa Corrente Prevista	57.060.729,15 €

Assim, nos termos da alínea c) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a aprovação da revisão fica sujeita à aprovação da Câmara Municipal, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da referida Lei, à Assembleia Municipal, para aprovação da 2.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento nos



12020

termos da NCP 26 do SNC-AP, em vigor no exercício corrente
À consideração superior."
Acompanha a informação e a proposta supratranscritas a alteração
orçamental modificativa em epígrafe - documento cujo teor se dá aqui
por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de
atas
O vereador Délio Carquejo fez a seguinte intervenção - passo a citar:
"Aqui também temos algo a dizer e, efetivamente, isto não é
eleitoralismo
Esta é já a segunda modificação orçamental neste ano e, efetivamente,
em nosso entender, até encontrava justificação, e essa justificação
encontrava-se caso fosse de encontro às reais necessidades do nosso
Concelho e que espelhasse, de facto, essas reais necessidades, sem ter
de sacrificar aquilo que já se encontrava planeado, inclusive, por este
de sacrificar aquilo que já se encontrava planeado, inclusive, por este Executivo
Executivo
Executivo Esta proposta modificativa, efetivamente, não espelha muitas das
Executivo Esta proposta modificativa, efetivamente, não espelha muitas das necessidades sentidas de apoio à nossa população e ao nosso comércio
Executivo Esta proposta modificativa, efetivamente, não espelha muitas das necessidades sentidas de apoio à nossa população e ao nosso comércio local, que são ambas vítimas daquilo que se abateu sobre nós, que é
Executivo Esta proposta modificativa, efetivamente, não espelha muitas das necessidades sentidas de apoio à nossa população e ao nosso comércio local, que são ambas vítimas daquilo que se abateu sobre nós, que é esta pandemia e, portanto, referimos já, em reuniões transatas, que
Executivo
Executivo.————————————————————————————————————
Executivo
Esta proposta modificativa, efetivamente, não espelha muitas das necessidades sentidas de apoio à nossa população e ao nosso comércio local, que são ambas vítimas daquilo que se abateu sobre nós, que é esta pandemia e, portanto, referimos já, em reuniões transatas, que estaríamos atentos àquela que era a disponibilidade demonstrada deste Executivo ter em atenção à alocação de verbas, nestas retificações, ao setor social, ao setor cultural e empresarial.————————————————————————————————————



1 ×

aqui um pouco investimento feito a nível do setor social e empresarial. Há algum, efetivamente, e acabou de o dizer, nesse reforço ainda que, a nosso ver, ainda não o suficiente no setor cultural e, portanto, entendemos que não assistimos, na presente proposta, de facto, àquilo que se tinha prometido nas anteriores reuniões.----Esta modificação orçamental apresenta, efetivamente, naquilo que nós conseguimos ver nos dois primeiros mapas que nos foram apresentados, quer no da receita quer no da despesa, nós temos, efetivamente, um aumento líquido aqui da receita de 287 mil euros e 99 cêntimos e um aumento da despesa que é exatamente no mesmo montante, como tinha de ser e como era esperado.-----Contudo, a diminuição principal da despesa foi, efetivamente, retirada do Eixo das Cortiças, no valor de 419.985 euros. Lembro que este valor já estava nos mapas do PPI e este valor foi compensado por um reforço em despesas com ativos financeiros, explicado no mapa, depois, que nos aparece do Plano de Atividades Municipal de 2020, que era o último mapa, com uma aparente participação em entidades e que, então, nós aduzimos, e, efetivamente, já foi comprovado pelo Sr. Presidente nesta reunião, que seria para injetar na Soctur. ------Este é para nós mais um sinal de que esta participação irá significar o sacrificio de mais uma obra que é estruturante e necessária no Concelho e que não será para avançar, pelo menos nos próximos tempos, e que é visível através desta redução na rubrica do Eixo das Cortiças. -----Em resumo, o que é que nós temos aqui? Temos uma alteração ao Plano Plurianual com um reforço de cerca de 650.553 euros onde cerca



22/06/2020

de 65% deste valor é para o resgate à Soctur à boleia do desinvestimento neste Eixo das Cortiças. ------Aquilo que também nós temos a dizer é que, com tanta pompa e circunstância, o Sr. Presidente brinda-nos a todos e a todos os nossos concidadãos com a grande disponibilidade financeira do Município e da boa saúde que ele goza, e, então, a pergunta que se impõe é porque é que tem necessidade de descartar uma obra tão importante quando tem tanta disponibilidade financeira este Executivo. -----Só podemos dizer incongruência, Sr. Presidente, incongruência. Era agora que o Sr. Presidente deveria estar no terreno com medidas mais enérgicas e assertivas na recuperação do território. Portanto, e não é isso que está a acontecer. ------Era isto que nós tínhamos a dizer relativamente a esta segunda Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento, Sr. Presidente" - fim de citação. ------O Sr. Presidente disse que presume que os vereadores do Partido Socialista concordam com a abertura da Medida 2 do Programa de Apoio à Cultura e com o programa Erasmus+, tendo o vereador Délio Carquejo dito que os vereadores do Partido Socialista concordam com tudo aquilo que o Executivo Permanente apresentasse como reforço, desde que atingisse as medidas sociais e também as medidas empresariais.-----O Sr. Presidente retorquiu dizendo que os vereadores do Partido Socialista estão tão enganados em relação às medidas sociais, e que já percebeu que os mesmos ainda não perceberam a política social do



22/06/2020

J K

Município, mas que vai ter oportunidade de explicar tim tim por tim tim o que é a política social e não a política da esmolazinha e da coisa gira. O vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, disse que o Eixo das Cortiças não está minimamente parado, que é, de facto, uma obra de grande envergadura que precisa de uma declaração de impacto ambiental, que está a ser tratada junto da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, que ainda não a emitiu. -----Disse tratar-se de uma obra de vários milhões de euros e que, entre o lancamento do concurso e o início da execução, está a falar-se de cerca de 7 ou 8 meses, prazos médios, tendo em conta o necessário visto do Tribunal de Contas e o lançamento do concurso, reafirmando que a obra não está parada, que o processo está a andar, que existe um projeto de execução contratado a uma empresa exterior, a andar no ritmo normal. -----O vereador António Topa Gomes concluiu salientando que, naturalmente, o Município tem de cumprir as obrigações e os requisitos legais, pelo que, mesmo correndo muito bem, se tivesse um projeto hoje, dificilmente se teria alguma execução de obra no corrente ano, daí o ajustamento do orçamento com essa realidade.----O Sr. Presidente voltou a intervir dizendo que as pessoas, como não estão habituadas a lidar com as regras orçamentais, muitas vezes fazem leituras enviesadas, dizendo que ficou, no orçamento, 1 milhão de euros para esta obra, que não arrancará no ano em curso, porque, como disse, e muito bem, o vereador António Topa Gomes, desde a declaração de impacto ambiental, que é obrigatória por lei, até ao lançamento do



22/06/2020

concurso, provavelmente, não será gasto, no ano em curso, o milhão de euros que consta no orçamento. ------Disse que não se trata de uma obra que se vai parar, longe disso, e que espera bem ter a possibilidade de lançar o concurso até ao final do atual mandato, mas que a mesma obedece a uma série de requisitos legais que o Município tem de respeitar.-----Disse também querer dar nota que a boa gestão financeira não significa que a Câmara tenha dinheiro em cofre pronto a esbanjar, dizendo que o orcamento é muito equilibrado, e que a boa situação financeira e a diminuição de dívida é feita com todo o rigor, como toda a gente pode ver, e é esse rigor que permite ao Município ter, hoje, todas as possibilidades de, com tempo, ponderadamente e planeadamente, fazer investimento, comentando que não é à mesa de café que se decide o que se vai investir ou não, e que, quando se tem alguns instrumentos financeiros ao dispor, que o Município tem, irão ser usados quando se achar oportuno, e terão de ser muito bem planeados e muito bem estudados, porque não é de um dia para o outro nem com um estalar de dedos que se fazem alterações significativas nas políticas financeiras.---O Sr. Presidente concluiu dizendo querer dar nota que não hajam quaisquer dúvidas que o rigor será sempre a marca do Executivo Permanente, que tomará as medidas financeiras que considerar adequadas ainda este ano, reafirmando que continua a constar do orçamento cerca de 1 milhão de euros para a obra do Eixo das Cortiças. O vereador Délio Carquejo interveio novamente dizendo que o Sr. Presidente só reforçou aquilo que ele acabara de dizer, porque o que ele - vereador Délio Carquejo - tinha referido é que, efetivamente, há mais



22/06/2020

um adiamento de uma obra estruturante, comentando que havia uma previsão para o arranque da obra este ano e que, face à necessidade de avaliação de impacto ambiental, provavelmente não se concretizará, porque ainda tem de se abrir concurso, dizendo ainda que o problema é que, sempre que se apresenta uma situação, há sempre uma

justificação e que, no caso concreto, agora é o estudo de impacto ambiental.

O vereador Délio Carquejo retorquiu dizendo que isso não está em questão, que o que está a dizer é que, efetivamente, o Eixo das Cortiças consta do Plano Plurianual de Investimentos, que foi aprovado pelo Executivo, e que, agora, existe a justificação da declaração de impacto ambiental para se retirar 400 e tal mil euros desse valor, frisando que é só isso que está em cima da mesa, e dizendo ainda que os vereadores do Partido Socialista só souberam, agora, que havia o problema de uma declaração, senão nem sequer sabiam porque é que o Eixo das Cortiças não está a avançar.

Interveio o vereador António Bastos dizendo que toda a gente sabe que tem de se cumprir escrupulosamente a lei na execução física destes projetos, e que um dos processos que é obrigatório é o estudo de impacto ambiental, pelo que este procedimento já deveria ter sido pedido a uma empresa especializada logo no início do procedimento do

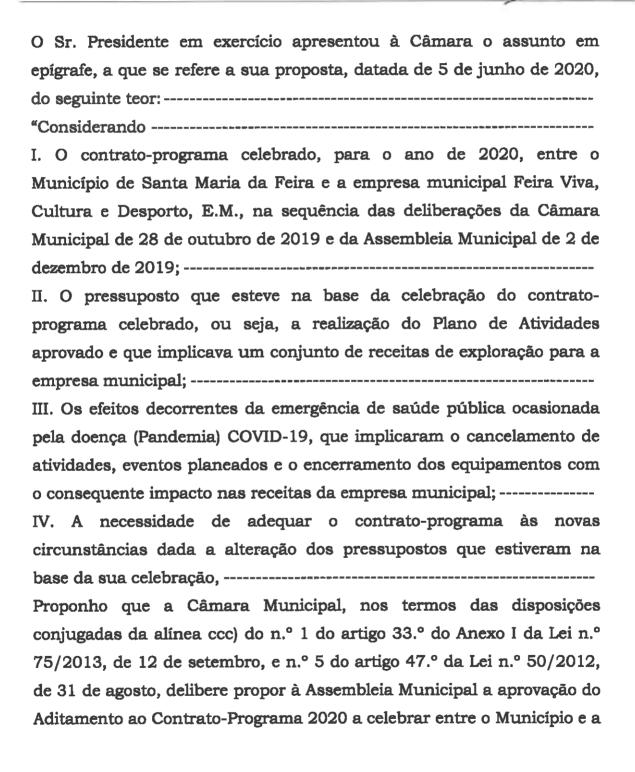


22/06/2020

projeto, aquando do estudo prévio do planeamento do arruamento e na fase de projeto de execução, dizendo que, agora, por força das circunstâncias, a obra vai atrasar. -----O vereador Délio Carquejo questionou, a propósito, quando é que foi feito o pedido da declaração de impacto ambiental à APA, tendo o vereador António Topa Gomes respondido que não pode precisar, mas que, de facto, já foi há algum tempo, há bastante mais de um ano, e que não tem sido fácil obter essa declaração. -----O vereador Délio Carquejo solicitou ainda que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção inicial. -----Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar a proposta supratranscrita. ------Os vereadores António Bastos, Lia Ferreira, Délio Carquejo e Bruno Mota votaram contra. ------Tal como referido pelo vereador Délio Carquejo, a sua declaração de voto consubstancia-se na sua intervenção sobre o assunto. -----Saiu da videoconferência o Sr. Presidente da Câmara, bem como a Sra. Vice-Presidente, Cristina Tenreiro, passando a presidir à reunião o vereador Vitor Marques. -----3 – Aditamento ao Contrato-Programa 2020 – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. ------ Aprovação da minuta ------









22/06/2020

Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos constantes da minuta anexa à presente proposta." -----Acompanha a proposta supratranscrita a minuta do aditamento ao contrato-programa em referência, instruída com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C., datado de 5 de junho de 2020 - documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----Instruem o processo as respetivas informações de compromisso da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial. -----Interveio a vereadora Lia Ferreira que disse ser importante relembrar alguns aspetos em relação a esta matéria, e que um deles é que, na reunião extraordinária de 28 de outubro de 2019, quando foi submetido à Câmara o contrato-programa a celebrar com a Feira Viva, o Sr. Presidente e os vereadores do Executivo Permanente não quiseram dar ouvidos aos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, quando estes alertaram precisamente para o facto de faltarem indicadores de eficiência, nomeadamente no que dizia respeito às dívidas a fornecedores no final do ano. -----Disse que esta é a prática corrente da forma como o Executivo Permanente olha para a Oposição, comentando que tem vindo a ser sempre assim, que o Executivo Permanente não considerou o alerta, ignorou-o, e a verdade é que o resultado está à vista. ------Referiu que se pode perceber pela leitura do documento que vai ser discutido no ponto seguinte, que vai ser pedido um empréstimo de 1 milhão e 200 mil euros, precisamente porque a Feira Viva tem de



I The

saldar dívidas a fornecedores, sob pena de os prazos de pagamento a fornecedores aumentar para meio ano. -----Disse que, quando se tem um Executivo Permanente que tantas vezes se gaba por pagar a 12 dias aos seus fornecedores, tem-se uma empresa municipal que paga a meio ano, acrescentando que a Feira Viva só pagará dentro deste prazo de meio ano se, realmente, for concedido o empréstimo de 1 milhão e 200 mil euros, dizendo ainda que é preciso ter em conta que, efetivamente, a Câmara anda a tentar tapar buracos, a tentar salvar novamente a Feira Viva, com aditamentos a contratos-programa e outras coisas mais, quando aquilo que se tem é uma empresa que não está a ser bem gerida. -----A vereadora Lia Ferreira concluiu dizendo que há muito que o Conselho de Administração da Feira Viva se devia ter reunido para ponderar, não um contrato-programa, mas uma nova forma de gerir a Empresa Municipal, salientando ser isso que, basicamente, está em discussão neste ponto e que também vai ser discutido no próximo ponto, realçando que os vereadores do Partido Socialista não entendem a forma como a Feira Viva é gerida. -----De seguida, o Sr. Presidente em exercício deu a palavra ao Diretor Executivo da Feira Viva, Dr. Paulo Sérgio Pais, que chamou a atenção que o aditamento em questão não tem nada a ver com boa ou má gestão, dizendo que tem a ver com a pandemia, ponto final.----Referiu que as empresas municipais são obrigadas a ter receitas próprias superiores a 50% e que a Feira Viva tem tido, nos últimos anos, receitas próprias muito próximo dos 70%, acrescentando que, em 20 anos, a Feira Viva teve 2 anos de resultados negativos. -----



22/06/2020



Disse que, em relação ao aditamento em concreto, na prática, o que está em causa é uma perspetiva do que se admitiria ser o resultado da empresa no final do ano, caso nada fosse feito, realçando que a análise de uma empresa pode ser feita na perspetiva económica e na perspetiva financeira e que este aditamento visa apenas a perspetiva económica do assunto. Disse que aquilo que a Feira Viva teria, no final de 2020, seria um prejuízo estimado de 848.633 euros, que, a confirmar-se, teria de ser coberto pelo Município em abril de 2021, mas que essa situação levaria a uma degradação total das atividades e dos equipamentos. -----Explicou que os equipamentos mais dependentes do mercado são os que mais sofrem na prática, tal como se pode constatar no Anexo I do aditamento, dando nota, a título de exemplo, que a Piscina de Santa Maria da Feira, em condições normais, não aufere do Município qualquer subsídio direto à exploração pois, ao longo dos anos, foi sendo formatada para funcionar segundo o princípio do utilizadorpagador, na prática do mercado, mas que o mercado desapareceu. -----Informou que as piscinas têm uma estrutura de custos fortemente rigida, após terem a porta aberta, tendo apenas como componente variável, praticamente, os custos diretos das aulas, ressaltando que os custos da energia, da água, do gás, das lâmpadas ultravioletas e com pessoal são custos fixos. ------Realçou que uma decisão poderia ser a de encerrar, pura e simplesmente, os equipamentos referidos até 31 de dezembro, dizendo que esta situação não tem nada a ver com a Feira Viva, tem a ver com equipamentos, com a Piscina de Santa Maria da Feira, com a Piscina





de Lourosa, com a Piscina de Fiães, com o Europarque e com o Zoo de Disse que, caso os equipamentos fossem encerrados até 31 de dezembro, a Feira Viva somente precisaria de um aditamento de 612 mil euros, e que a razão pela qual são precisos 848 mil euros é porque a retoma estimada para a economia será mais lenta do que aquilo que todos gueriam. -----O Dr. Paulo Sérgio Pais prosseguiu dizendo que esta retoma só passaria a diminuir os 612 mil euros quando fosse acima dos 41% do período homólogo do ano anterior, e que se estimou que, quando foi feita a reabertura, em junho, se começou com uma retoma de 15%, a crescer 10% ao mês, até 31 de dezembro, o que levará a uma faturação homóloga, relativamente a dezembro de 2019, de aproximadamente 27%, mas que nem isso pode ser certo.-----Disse que tal acontece porque estas previsões, para além de dependerem do mercado, dependem também da capacidade instalada, e que é preciso perceber que há uma redução brutal da capacidade instalada. Fez notar que uma turma de natação passa de 10 ou 12 pessoas para 4, que uma turma de hidroginástica passa de 25 para 8 pessoas, que não se pode ter simultaneidade no uso dos balneários. estando a capacidade dos mesmos reduzida em 70% pelas novas regras da Direção-Geral da Saúde. -----Informou, a título de exemplo, que a Piscina de Santa Maria da Feira, estando fechada, tem um custo fixo mensal de 34.875 euros e que, aberta, sem nenhum utilizador, é de 56.583 euros, dizendo que, a partir do momento em que é aberta a porta, estão lá os custos com a





energia, com a água, com o gás, com os nadadores-salvadores, com a limpeza. ------Disse que o Zoo de Lourosa apresenta um custo fixo total, porque os animais são alimentados durante os 365 dias do ano, pelo que não importa se o equipamento está fechado ou aberto, comentando que a única variável tem a ver com os produtos que são consumidos no bar.--Prosseguindo a sua intervenção, o Dr. Paulo Sérgio Pais referiu que o Europarque é, de todos os equipamentos em questão, aquele que tem componentes variáveis mais significativas, como as montagens e desmontagens que são subcontratadas, a limpeza decorrente dos eventos, que só acontece se os mesmos existirem, as hospedeiras dos eventos, os consumos decorrentes dos aquecimentos, realçando assim que se está a falar, única e exclusivamente, de abrir ou não abrir equipamentos e das condições mínimas de funcionamento. ------Referiu ainda que a Viagem Medieval não tem qualquer impacto, a priori, nas contas da empresa porque, não se realizando, não há receitas nem custos, informando, em relação ao evento Perlim, que o Conselho de Administração da Feira Viva decidirá, em setembro deste ano, se se vai realizar ou não, comentando que todos esperam pelo melhor. ----



22/06/2020

& H

Concluindo a sua intervenção, o Dr. Paulo Sérgio Pais disse que, resumidamente, esta é a lógica do aditamento ao contrato-programa, que tem uma perspetiva única e exclusivamente económica, comentando que a componente financeira seria discutida no ponto seguinte da Ordem do Dia desta reunião. -----Interveio o vereador Délio Carquejo que disse ter ficado com uma dúvida da apresentação que o Dr. Paulo Sérgio Pais fez, designadamente quando o mesmo referiu que as piscinas nada têm a ver com a Feira Viva.-----O Dr. Paulo Sérgio Pais explicou que aquilo que quer dizer é que se está a falar se um equipamento municipal reabre ou não reabre, e que isso não tem a ver com a Feira Viva, que não é dinheiro para a Feira Viva, mas sim dinheiro para o equipamento A ou para o equipamento B, dizendo que, por vezes, acha que não se percebe que a Feira Viva é única e exclusivamente uma entidade gestora de um conjunto de equipamentos municipais. -----O vereador Délio Carquejo interveio dizendo que, em termos políticos, poder-se-ia colocar a tónica sobre se a Feira Viva está a ser usada para aquilo que deveria ser, ou não, mas que essa é outra questão.-----De seguida, interveio novamente a vereadora Lia Ferreira, que começou por agradecer os esclarecimentos prestados pelo Dr. Paulo Sérgio Pais, dizendo que, contudo, o mesmo havia referido, inclusive, que nem estavam avaliados os impactos da Viagem Medieval e do Perlim. Disse que ainda bem que não foram considerados tais impactos porque, senão, seria ainda mais grave dado que as duas últimas edições desses eventos trouxeram prejuízos e não lucros. ------



1 K

Disse ter dúvidas se os valores que vão ser injetados são exclusivamente para a abertura de equipamentos, dado saber que vai ser pedido um empréstimo para a Feira Viva pagar dívidas a fornecedores. Questionou há quanto tempo é que existem tais dívidas e qual o valor das mesmas, comentando que estas dívidas vêm de trás e são muito anteriores à pandemia de Covid-19 que está a assolar Portugal e o Mundo.-----Disse assim que é preciso ter algum cuidado quando se atira a culpa para cima da pandemia, dizendo que, realmente, a pandemia veio trazer impactos muitos profundos e que vai, certamente, trazer impactos muito profundos naquilo que são as gestões municipais e, principalmente, naquilo que são as carências familiares, mas que não se pode usar a pandemia como desculpa para tudo. -----Usou novamente da palavra o Dr. Paulo Sérgio Pais que voltou a referir que qualquer análise de uma empresa tem a perspetiva económica e a perspetiva financeira, realçando que a perspetiva económica tem a ver com resultados, com vendas e compras, e que não tem nada a ver com Disse que, para se perceber melhor, dava como exemplo que, se se vender algo por 100 que se comprou por 50, está-se a ter lucro, mas que isso não é suficiente para perceber a situação em termos de liquidez, comentando que basta ter pago o produto e não ter recebido o valor pelo qual o vendeu. Frisou que uma coisa é a perspetiva económica e outra coisa é a perspetiva financeira, reafirmando que, no ponto em apreço, está em causa a perspetiva económica. ------



22/06/2020

J. M.

Em relação ao proferido pela vereadora Lia Ferreira sobre a Viagem Medieval e o Perlim, disse que, se é verdade que a Viagem Medieval terá tido um resultado negativo, também é verdade que o Perlim tem tido resultados positivos consecutivos, todos os anos, dizendo que as coisas são mesmo assim, que é o mercado a funcionar, e que, quando são assumidos os custos, não se sabe ainda quantas pessoas vão visitar os eventos, realçando que é feita uma estimativa, mas que não se acerta sempre, tentando-se estar o mais próximo possível.-----Concluindo a sua intervenção, o Dr. Paulo Sérgio Pais disse considerar importante referir que, há dois anos, o evento Perlim deixou mais de 200 mil euros em termos de resultado direto, pelo que não é tudo bom, mas também não é tudo mau, ao que a vereadora Lia Ferreira disse que, nas contas que viu, o Perlim não deu propriamente lucro, mas sim prejuízo, o que foi contestado pelo Dr. Paulo Sérgio Pais. -----O Sr. Presidente em exercício interveio para referir que não se vai estar, agora, a dirimir assuntos que não fazem parte deste ponto da Ordem do Dia, submetendo, de seguida, o assunto em apreciação a Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente em exercício, o qual usou o voto de qualidade, e dos vereadores Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar a proposta supratranscrita. -----Os vereadores António Bastos, Lia Ferreira, Délio Carquejo e Bruno Mota votaram contra. ------A vereadora Lia Ferreira fez a seguinte declaração de voto: -----



22/06/2020

"Os vereadores do Partido Socialista votaram contra, não porque estamos contra a manutenção da empresa, mas porque entendemos que estes aditamentos a contrato deviam passar a incluir alguns indicadores que nos permitissem a boa eficiência de gestão da Feira Viva, E.M., portanto, os indicadores de eficiência, que nos já pedimos no passado, voltamos a pedi-los novamente, e sem esses indicadores não estamos em condições para aprovar um aditamento a um contrato que não vai, em nada, melhorar as condições desta empresa."-----O Sr. Presidente em exercício fez a seguinte declaração de voto: -----"O PSD vota a favor este contrato de aditamento ao contrato-programa, uma vez que a Feira Viva tem um papel fundamental quer na dinamização cultural, com impacto também na economia local, e, por isso, votamos a favor."-----4 – Empréstimo Médio/Longo Prazo – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----O Sr. Presidente em exercício apresentou à Câmara o processo respeitante ao assunto em epígrafe, dando a palavra ao Diretor-Geral da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., Dr. Paulo Sérgio Pais, que explanou o assunto.-----É do seguinte teor a comunicação do Diretor-Geral da Feira Viva, datada de 18 de junho de 2020, que instrui o processo:-----"Venho, por este meio, na qualidade de Diretor Geral da Feira Viva -Cultura e Desporto, EM, remeter o processo relativo ao empréstimo de médio e longo prazo a contratualizar pelo prazo de 6 anos, no valor de 1.200.000,00 € e cujo seguimento requer a aprovação pelo Município. --Sem mais, apresento os meus melhores cumprimentos."-----





Instrui igualmente o processo a comunicação do Diretor-Geral da Feira Viva ao Conselho de Administração daquela empresa municipal, datada de 25 de maio de 2020, do seguinte teor: -----"1.° Enquadramento ------A Feira Viva - Cultura e Desporto, E.M. atua nos setores cultural e desportivo, estando dependente, quase exclusivamente, do mercado. ---Sendo o maior polo dinamizador de atividades no território de cariz desportivo e cultural, com a promoção dos maiores eventos do Concelho, a Feira Viva tornou-se uma das entidades com maior impacto no tecido empresarial e associativo, contribuindo para potenciar empresas da região, associações, agentes desportivos e culturais, alavancando a economia local, com especial ênfase no associativismo. --Contudo, com a pandemia COVID-19, os equipamentos geridos pela Feira Viva, E.M. foram obrigados a encerrar e os eventos cancelados, o que traz consequências danosas na sua performance, arrastando os parceiros numa espiral de incerteza. -----Perante este cenário, entende esta Direção Geral ser imperativo o recurso a financiamento bancário que permitirá à Feira Viva honrar os seus compromissos com os fornecedores, relativamente a prazos de pagamento, e ainda injetar, no imediato, liquidez na economia, sobretudo local, com quem esta entidade tem relação contratual, nas áreas de carpintaria, pichelaria, eletricidade, serralharia, com artesãos, promotores de espetáculos e artistas, associações e demais agentes desportivos e culturais entre outros. -----Importa referir que a não concretização do empréstimo levará a um aumento significativo do prazo de pagamento a fornecedores, para





períodos superiores a 180 dias, em função do colapso total dos mercados e das atividades, arrastando todos os agentes referidos para situações de extrema fragilidade assim como esta entidade. -----2.° Do empréstimo:-----Analisada a situação da Feira Viva, E.M., e aproveitando as favoráveis condições de financiamento, pretende-se que o Conselho de Administração autorize a solicitação de empréstimo de médio e longo prazo a 6 anos, no valor de 1.200.000,00 €, com 2 anos de carência de amortização de capital. -----Relativamente ao montante a solicitar, cumpre referir que o mesmo foi aferido tendo por base o valor em dívida no balanço a 31 de dezembro de 2019, a qual entretanto já se encontra parcialmente liquidada, sobretudo com recurso a conta corrente caucionada (de muito curto prazo) em função do colapso das receitas próprias decorrentes da pandemia. ------Já no que toca ao prazo de 6 anos para o empréstimo, com 2 anos de carência, estima esta Direção Geral ser o período necessário para a retoma gradual da economia local e nacional e da posterior libertação de meios anuais para liquidação do mesmo.-----3.º Entidades bancárias a convidar -----Sugere-se que a consulta seja efetuada às entidades que oferecem maior credibilidade e garantia de financiamento, a saber: - Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Santander e Banco BPI, processo cujo encaminhamento deverá ser dado pelo Departamento Financeiro."-----



22/06/2020

Instrui também o processo a informação do Departamento Financeiro da Feira Viva, datada de 16 de junho de 2020, do seguinte teor: ------"1.º Enquadramento: ------Na sequência da autorização do Conselho de Administração, de 26 de maio de 2020, este Departamento deu início ao processo de solicitação de empréstimo bancário no valor de 1.200.000,00 €, pelo prazo de 6 anos, com carência de 2 anos. 2.° Convite -----A Feira Viva - Cultura e Desporto, E.M., em 8 de junho de 2020, procedeu ao convite das seguintes entidades bancárias - Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Santander e Banco BPI - com prazo para apresentação de proposta até ao dia 12 de junho de 2020. -----3.º Propostas apresentadas -----Abertas as propostas, apenas a Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo apresentaram as suas condições de financiamento, optando por o Banco BPI e Banco Santander não responder ao convite feito. -----4.ª Análise Técnica das Propostas -----As propostas apresentadas foram, por este Departamento, objeto de análise propondo cada um dos convidados, com interesse para a causa, o seguinte: -----1.º Caixa Geral de Depósitos ------ Taxa de Juro 0.63% + Euribor ------- Isenção Total de Comissões ------2.º Banco Millennium BCP-----

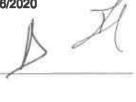




- Taxa de Juro 0.95% + Euribor
- Isenção Total de Comissões
3.º Caixa da Crédito Agrícola Mútuo
- Taxa de Juro 1.50% + Euribor
- Comissão de Gestão 15 €
- Comissão de Abertura 3.000 €
Nota: A euribor está negativa sendo que os bancos aplicam como taxas
mínimas o spread. Ao valor da utilização do crédito está associado o
pagamento do imposto de selo inerente a utilização do crédito de acordo
com a taxa em vigor
4.º Proposta de Decisão:
Pelo exposto, propõe a Direção Financeira a adjudicação da proposta à
Caixa Geral de Depósitos já que apresenta as melhores condições para
o Empréstimo a Médio e Longo Prazo que se traduz no seguinte:
- Taxa de Juro 0.93% + Euribor
- Isenção Total de Comissões
- Isenção das Comissões sobre as transferências aos nossos
fornecedores e pagamento de Vencimentos
5.º Decisão para contratualização de Empréstimo pela Direção-Geral e
Conselho de Administração
Envia-se a presente análise técnica, juntamente com os documentos
que compõem o processo à Direção-Geral e Conselho de Administração
da Feira Viva, cabendo-lhes a tomada de decisão."
É do seguinte teor a proposta apresentada pela Caixa Geral de
Depósitos, que instrui o processo:
"Condições para Operação de Médio Longo Prazo



22/06/2020

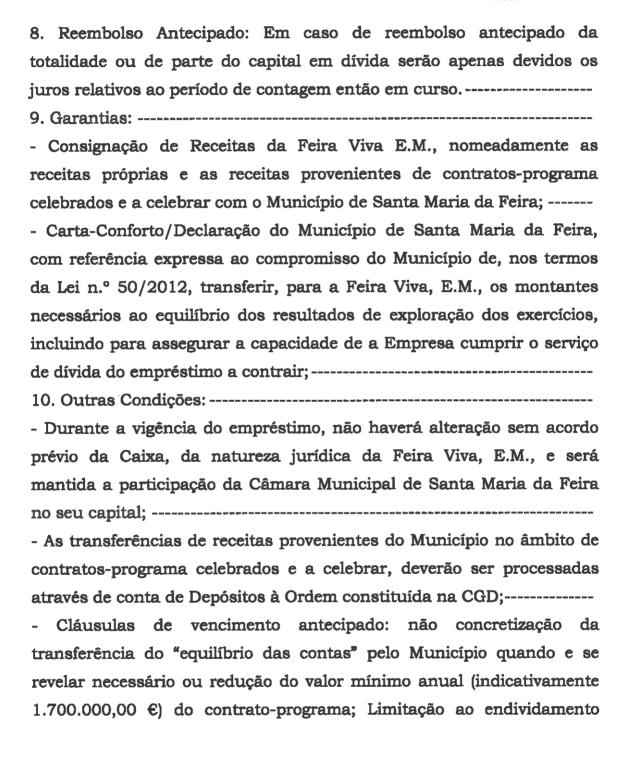


Em resposta ao V/ pedido, sobre condições para financiamento de
médio/longo prazo até ao montante de € 1.200.000,00, destinado a
regularização de dívida de curto prazo da Feira Viva, E.M., informamos
que a Caixa se encontra recetiva pera conceder um empréstimo a V.
Exas., nas seguintes condições básicas:
1. Natureza do Empréstimo: Mútuo
2. Finalidade: Regularização de dívida de curto prazo (fornecedores)
3. Montante: Até € 1.200.000,00
4. Prazo: Até 6 anos
5. Período de Diferimento: Até 2 anos. Podendo a Empresa Municipal,
vir a reduzir esse período para 1 ano
6. Taxa de Juro: O empréstimo vencerá juros à taxa de 0,93% ao ano,
acrescida de uma componente variável, sempre que positiva,
acrescida de dina componente variaves, sempre que positiva,
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12),
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12),
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima.
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima
correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 6 meses (base 300 dias) do mês imediatamente anterior ao do início do período de referência (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), arredondada à milésima.————————————————————————————————————











22/06/2020

adicional sem acordo prévio da Caixa Geral de Depósitos; "Ownership
Clause" e "Negative Pledge"
11. Validade da Proposta: 60 dias."
Instrui ainda o processo o parecer emitido pelo Fiscal Único, Ângelo
Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C., datado de 17 de junho de
2020, do seguinte teor:
"Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M
Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo - Parecer do Fiscal
Único (art.º 25, n.º 6, alínea a) da Lei 50/2012, de 31 de agosto)
1. A sociedade Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., com sede no
Edificio dos Paços do Concelho, Praça da República, 4520-174 Santa
Maria da Feira e com o capital realizado de 564.488,43 euros, titular do
NIPC 505120151, projeta contrair um empréstimo de médio longo
prazo, no montante de 1.200.000,00 euros (um milhão e duzentos mil
euros), pelo prazo de 6 anos, com a Caixa Geral de Depósitos, S.A.
(CGD), mediante a necessária prévia deliberação do Conselho de
Administração
2. Foi-nos apresentada uma minuta do referido contrato, sobre a qual
nos estamos a pronunciar
3. Na qualidade de órgão de fiscalização (Fiscal Único) da referida
sociedade, incumbe-nos, por força do que dispõe o artigo 25.°, n.º 6,
alinea a) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, dar parecer sobre a
projetada contratualização
4. Esta operação parece-nos de interesse para a empresa, em razão da
respetiva atividade, e nada nos leva a crer qua porá em risco a
estabilidade económica e financeira da empresa



22/06/2020

1020 H

5. Tudo ponderado, concluímos que a operação de contratualização do empréstimo, a efetivar-se, será decidida no interesse da sociedade e que na perspetiva desta não devem ser colocadas quaisquer reservas quanto ao valor e condições em princípio acordados.-----6. Em conclusão, damos parecer favorável ao empréstimo referido nos termos e para os efeitos legalmente previstos, acima. designadamente no artigo 25.°, n.º 6, alínea a) da Lei 50/2012, de 31 de agosto."-----O vereador Délio Carquejo, dirigindo-se ao Dr. Paulo Sérgio Pais, referiu que há qualquer coisa que não se percebe. Disse que, numa situação normal, se se considerar que a situação pré-pandemia era uma situação normal, a Feira Viva pagava a fornecedores em cerca de 90 a 100 dias e, agora, com este empréstimo há uma injeção de capital tão forte que permite-se pagar até tudo e mais alguma coisa, logicamente, dizendo que o que fere a alma aos vereadores do Partido Socialista é não perceberem, e pretendem tentar perceber, onde é que está um plano de negócio alternativo àquilo que a Feira Viva terá de fazer num período em que nem sabe se irá ou não realizar-se, por exemplo, a última das grandes ações deste ano, que é o Perlim.-----Disse que este processo não é acompanhado de um plano de negócio alternativo, que está-se só a dizer que se vai buscar dinheiro à banca para pagar a fornecedores, questionando então o que é que a Feira Viva vai fazer, o que é que vai gerar mais, o que é que vai ter como inputs melhores para poder sair desta situação, frisando que é isso que os vereadores do Partido Socialista não percebem. ------



X A

Disse assim que a perspetiva económica está no aditamento ao contrato-programa e que, neste caso, a perspetiva de liquidez é injetar este dinheiro, supondo que, em 2021, terá de se fazer uma análise económica à situação, dizendo que, na parte do contrato-programa, será feito isso e será determinado qual é o montante em que o Município tem de subsidiar a Feira Viva em função do processo evolutivo que irá acontecer.

O Dr. Paulo Sérgio Pais prosseguiu dizendo que, se admite que, para 2020, com a situação do aditamento, a Feira Viva fica com a performance económica equilibrada, e que, para 2021, tem de se ver qual poderá ser a análise económica da situação, mas que, em termos de liquidez, acredita-se que a Feira Viva fica numa situação de equilíbrio e tem dois anos para começar a reforçar as dinâmicas económicas no sentido de libertar meios para pagar este empréstimo, ressalvando contudo que vai depender muito da evolução do mercado. - Referiu que, se as regras da DGS se mantiverem em 2021, é obrigatório que o contrato-programa preveja mais do que os 2 milhões de euros



22/06/2020



deste ano, porque é impossível melhorar a performance económica com as restrições atuais. ------

Disse que, voltando à questão dos eventos, o objetivo que o Conselho de Administração tem determinado para os eventos é equilíbrio zero, de preferência, e que o efeito catalisador da Feira Viva é gerar impacto na economia local, dizendo que a Viagem Medieval gerará, no mínimo, 10 milhões de euros de impacto na economia local e que o Perlim gerará, no mínimo, 5 milhões de euros, sublinhando assim que se está a falar de tentar que a Feira Viva, com as suas atividades e com os equipamentos que gere, seja geradora de alavancagem na economia

local. -----

Interveio a vereadora Lia Ferreira dizendo que isso realmente era bom, porque é preciso ter em conta aquilo que é o histórico da Feira Viva e perceber que até se podia ser muito sensível realmente a esta situação excecional do Covid-19, mas que a verdade é que o desequilíbrio das contas da Feira Viva já é muito antigo e conhecido, é muito anterior à pandemia, infelizmente, dizendo que, neste momento, está a pedir-se um empréstimo bancário de 1.200.000,00 €, mas que esta não é uma situação de novidade, infelizmente.

Disse que aquilo que os vereadores do Partido Socialista sabem é que a Empresa Municipal já apresenta prejuízos há muito tempo, ano após ano, e está muito dependente das organizações que se conhecem e da forma como são geridos os espaços, dizendo que os vereadores do Partido Socialista também sabem disso, sabem, por exemplo, que só em arrendamentos de pavilhões e espaços são mais de 100 mil euros/ano, e que não é de agora, pelo que também era importante que se acabasse



22/06/2020

com muitos desses contratos de arrendamento em que, no mínimo, saem do bolso 10 mil euros/mês.-----

Disse que é preciso ter conta e ter bem presente que esta situação é anterior à pandemia e que a pandemia não pode servir de justificação para tudo, e que, depois, é preciso ter em conta que, neste empréstimo, a Câmara vai quase que servir de pai que se atravessa pelo filho, enviando uma carta de simpatia na qual salvaguarda o pagamento da dívida na eventualidade de falha de compromisso pela Feira Viva, salientando que tudo isto seria evitável se, de vez em quando, o Executivo Permanente ouvisse os vereadores do Partido Socialista, que só querem ajudar a construir e não ser destrutivos, mas que,





infelizmente, não são tidos nesta posição e vão vendo que o resultado é mau, é péssimo, é uma gestão muito danosa. -----A vereadora Lia Ferreira prosseguiu dizendo que os vereadores do Partido Socialista entendem que a Feira Viva não deveria gerir piscinas e pavilhões, mas que isso é uma posição política, e entendem que a Feira Viva devia ser mais inovadora e criativa na forma como vai buscar o dinheiro, para não ficar tão dependente e não ser apanhada na curva em situações como aquela que agora se atravessa. ------Disse que os vereadores do Partido Socialista também perceberam que o atraso no pagamento da Feira Viva a fornecedores já é antigo, que, em 31 de dezembro, pagava a 100 dias e já devia 1 milhão e 200 mil euros, frisando que isto já é antigo e nada tem a ver com a pandemia. -----Disse ainda que os vereadores do Partido Socialista perceberam que há uma tentativa constante de recuperar a Feira Viva, mas mantendo exatamente o mesmo modelo. Referiu que não se pode continuar a cometer sempre as mesmas atitudes e esperar resultados diferentes, dizendo que existe um pedido de empréstimo e uma injeção direta da Câmara sem qualquer plano de ação que vá garantir alguma mudança. Referiu que se prevê que, efetivamente, a DGS vá libertar as restrições e a economia voltar a circular com mais solidez, mas que isto não é qualquer plano, porque a DGS libertará restrições de acordo com aquilo que for o avanço do vírus, o que, infelizmente, é algo que ultrapassa a todos, pelo que se devia ser capaz de apresentar um piano que possa prever melhorias futuras e que possa libertar a Feira Viva desta gestão de espacos e destas obrigações diretas, por exemplo, com alugueres de armazéns, frisando que já se viu que é muito dinheiro, que são 120 mil



22/06/2020

1 A

euros/ano, e que seria dinheiro fundamental para os cofres da Feira Viva, como entre outras coisas que se poderiam discutir, mas que não há tempo para isso. ------Disse que os vereadores do Partido Socialista, como sempre, estão disponíveis para colaborar e querem deixar essa vontade muito expressa, mas que não se pode é continuar com a forma de gestão da Administração, tal como está, que é uma gestão danosa das contas, dizendo que é o dinheiro de todos que é investido, é dinheiro que sai do bolso de todos, é dinheiro que sai dos cofres da Câmara, que poderia ser investido, por exemplo, agora, na época da pandemia, na ação social, para ajudar as famílias carenciadas e não está a ser, está a ser injetado diretamente nas contas da Feira Viva, para além do empréstimo, que é dinheiro em que a Câmara vai lá estar para suprir os pagamentos se a Feira Viva não conseguir pagar as suas mensalidades. A vereadora Lia Ferreira concluiu dizendo assim que tem de se ter muita responsabilidade quando se mexe com dinheiros públicos e que os vereadores do Partido Socialista entendem que a Feira Viva é uma empresa municipal essencial, mas que não pode continuar como está a ser gerida, que a Administração tem de se reunir e apresentar aquilo que nunca apresentou, um plano de ação, e reduzir custos, frisando que é essencial reduzir custos, começando, desde logo, por aproveitar aquilo que são os espaços municipais para armazenar material e libertar os espaços privados que estão a ser pagos mensalmente. -----O Sr. Presidente em exercício disse que, primeiro, parece-lhe que as palavras de gestão danosa, proferidas pela vereadora Lia Ferreira, são um bocadinho agressivas, tendo em conta que não há uma gestão



22/06/2020

1 M

De seguida, o Sr. Presidente em exercício deu a palavra ao Dr. Paulo Sérgio Pais, que começou por dizer que, a partir de abril, a Feira Viva denunciou dois contratos de arrendamento que tinha em relação a dois pavilhões e fez a transferência de todos os equipamentos e toda a armazenagem para um dos pavilhões do Europarque, que passou a ser o armazém da Feira Viva desde junho, dizendo que o processo de transferência aconteceu durante abril e maio e que já se pode ver um dos pavilhões completamente afetos a armazenagem de tudo o que é material da Feira Viva e também alguma componente do Município. ----O Dr. Paulo Sérgio Pais referiu que não é por a vereadora Lia Ferreira dizer dez vezes a mesma coisa que a mesma passa a ser verdade. Disse que a Feira Viva, nos últimos 8 anos, teve um ano com resultado negativo, pelo que pedia àquela vereadora que corrija aquilo que referira sobre a gestão danosa da Feira Viva, reafirmando que a Feira Viva, em 8 anos, teve um ano com resultado negativo, que foi o último. -----Disse que, depois, é preciso decidir quais são os equipamentos que a Feira Viva deve deixar de gerir ou os equipamentos que a vereadora Lia Ferreira propõe que se fechem, frisando que é preciso essa tomada de



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 22/06/2020



decisão e questionando se, por exemplo, se deve fechar o Zoo, que são 300 mil euros por ano que o Município entrega para o efeito. ------Referiu que não se pode dizer que há uma gestão danosa, ofendendo toda a gente que tem dedicado toda a sua vida à gestão da Feira Viva, que, em 20 anos de atividade, tem dois anos de resultados negativos, salientando ainda que a estratégia da Feira Viva não precisa de documento, a estratégia da Feira Viva são estes 20 anos de trabalho. ---A vereadora Lia Ferreira referiu que fica contente por, finalmente, se estar a libertar espaços de arrendamento privado, dizendo que há anos que os vereadores do Partido Socialista vinham a pedir isso, e que, pelos vistos, finalmente foram ouvidos, mas que nem sequer lhes foi dada informação em tempo real, que só agora estão a saber e, depois, de ela ter referido, insistentemente, essa questão.-----Disse que, já agora, em relação aos 800 mil euros que vão sair diretamente dos cofres da Câmara para as contas da Feira Viva, por acaso o dinheiro que a Câmara perdoou à P. Parques dava muito jeito agora, porque sentir-se-ia menos a saída desse dinheiro dos cofres da A vereadora Lia Ferreira prosseguiu e, dirigindo-se ao Dr. Paulo Sérgio Pais, disse que acha que 4 milhões de euros é muito dinheiro, que dava para apoiar muitas famílias neste momento. -----O Dr. Paulo Sérgio Pais disse que, se se somar tudo, se se somar, durante 20 anos, o impacto económico só da Viagem Medieval, muito motivado por muita gente que envolve a Feira Viva, é de 10 milhões por ano na economia local, mas que a vereadora Lia Ferreira está a juntar aquilo que não é, entre aspas, juntável, dizendo que os dois milhões de



22/06/2020

b A

euros do contrato-programa são para os equipamentos municipais funcionarem, nomeadamente o Zoo, a Piscina de Santa Maria da Feira, a Piscina de Lourosa, a Piscina de Fiães, o Europarque, a Piscina de São João de Ver, o Pavilhão da Lavandeira e os eventos. -----Disse que, em relação ao facto de o aditamento ao contrato-programa prever um complemento ao subsídio de exploração de apenas 848.633,00 €, disse que é porque a Feira Viva é vítima do seu sucesso, porque, se a Piscina de Santa Maria da Feira tivesse subsídio de 50%, agora não era preciso sequer aquele valor, dizendo que 100 mil euros eram suficientes, porque não estava dependente do mercado, tinha-se habituado durante estes 20 anos a viver à custa das contas do Município, mas que não o fez. ----Referiu que o desafio da Feira Viva, ao longo destes anos todos, tem sido tentar minimizar o impacto nas contas do Município, dizendo que a Feira Viva já teve subsídios municipais de 3 milhões de euros, por exemplo, há 12 anos e, agora, na estratégia de ir caminhando, maximizando eficiência, chegou-se a este ponto, dizendo que, se a Câmara já transferisse para a Piscina de Santa Maria da Feira 500 mil euros, não era preciso nada, transferia zero, mas não transferiu, sublinhando que esse foi o desafio que a Feira Viva assumiu.-----Disse que, sobre a questão do armazém, é a lógica da economia, dizendo que refletiu-se e pensou-se, no curto médio prazo, nos pavilhões do Europarque, em função do que vai ser a retoma da dinâmica dos eventos, se iriam ter utilização nos próximos anos e se havia necessidade de utilizar esses pavilhões nos próximos anos. ------



22/06/2020

J A

Disse que o Europarque, nos últimos 4 anos, passou de uma faturação de 250 mil euros para 539 mil euros, mas que, agora, todos têm a noção que não vai chegar nem perto disso, dizendo que, então, era de tentar reafectar esses espaços, no sentido de maximizar a sua eficiência, e que foi isso que o Conselho de Administração decidiu relativamente à utilização de um dos pavilhões do Europarque. -----Interveio o vereador Délio Carquejo dizendo que a Administração da Feira Viva decidiu muito bem, porque a informação que os vereadores do Partido Socialista tinham, nas reuniões de Câmara, por parte do Sr. Presidente, é que o espaço do Europarque não era compatível para o armazenamento desses materiais pela Feira Viva, mas que verificou-se que, efetivamente, havia essa possibilidade, pelo que os vereadores do Partido Socialista só têm de se congratular com isso. -----Disse que, efetivamente, a Feira Viva está a ser vítima das boas contas do Município e as más contas vão sempre para a questão da Empresa Municipal, dizendo que é esse o reflexo a que se assiste nestas mesmas O Sr. Presidente em exercício disse querer reforçar aquilo que o Dr. Paulo Sérgio Pais disse, porque, ao contrário da maioria dos municípios, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira transmitiu à Feira Viva a responsabilidade da gestão, e não a habitual política de viver dos subsídios, dizendo que, como todos sabem, em termos funcionamento da gestão pública, a maior parte dos equipamentos que são geridos pela Feira Viva não são para dar lucro, mas sim para prestar um serviço público. -----



22/06/2020

Interveio a vereadora Lia Ferreira dizendo que o Sr. Presidente em exercício está a dizer uma coisa que a deixa confusa, que é que não há transferência de subsídio, mas que, depois, sempre que há um contrato-programa da Feira Viva a Câmara injeta dinheiro, dizendo que é a mesma coisa que existir um contrato de apoio por subsídio, é exatamente igual.-----O Sr. Presidente em exercício retorquiu dizendo que não é bem a mesma coisa, até porque, durante todos estes anos, não foi necessário empréstimo nenhum nem a transmissão do subsídio, dizendo que, neste momento, é preciso e é imperioso este empréstimo a médio/longo prazo e, por isso, é presente à Câmara para dar esse aval à Feira Viva, que tem um papel fundamental quer na dimensão cultural quer na dinamização da economia local.-----A vereadora Lia Ferreira disse que, como Oposição, isto incomoda os vereadores do Partido Socialista, porque, como Oposição, não são uns cidadãos que andam para aí e que, de vez em quando, vêm a umas reuniões e que, de vez em quando, o Executivo Permanente dá-lhes alguma informação. ------Disse que, anualmente, sempre que se discute a Feira Viva, os vereadores do Partido Socialista pedem, precisamente, que sejam entregues os pavilhões alugados e que sejam usados os pavilhões do Europarque, mas que o Sr. Presidente responde sempre que os vereadores do Partido Socialista não sabem as coisas e por isso é que falam assim, e que não há condições nos pavilhões do Europarque para armazenar o material, até pelas condições climatéricas entre outras, dizendo que, afinal, até já foram entregues os pavilhões alugados em



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 22/06/2020

12

abril, mas que os vereadores do Partido Socialista só souberam porque, efetivamente, voltaram a falar no assunto agora. -----Frisou que os vereadores do Partido Socialista gostavam de ser informados, dizendo que foram eleitos tal como o Executivo Permanente, e que isto é direito à Oposição, frisando que os vereadores do Partido Socialista têm direito a saber aquilo que vai sendo feito na Câmara para o Concelho, e que isto é uma grande falta de respeito que o Executivo Permanente tem para com os vereadores do Partido Socialista.-----O Sr. Presidente em exercício retorquiu dizendo que, sempre que os vereadores do Partido Socialista necessitam de alguma informação, solicitam-na e é-lhes transmitida. A veadora Lia Ferreira contrapôs questionando como é que podia adivinhar que os pavilhões já tinham sido entregues em abril, o que os vereadores do Partido Socialista já vêm a reclamar há anos, questionando ainda se tinha de pedir, novamente, que lhe dessem essa informação, dizendo que isto é uma grande falta de respeito para com a Oposição e uma grande violação para com o direito de Oposição.----O Sr. Presidente em exercício retorquiu dizendo que não, até porque, eventualmente em documentação a apresentar, certamente que iriam tomar conhecimento posteriormente, relativamente a esta situação, tendo a vereadora Lia Ferreira salientado que o Sr. Presidente em exercício referira, e muito bem, posteriormente. Interveio novamente o vereador Délio Carquejo frisando que é sempre posteriormente. Disse que, só para complementar aquilo que a vereadora Lia Ferreira estava a referir, os vereadores do Partido



22/06/2020



Socialista têm solicitado, sucessivamente, estes relatórios relativamente à Feira Viva, exatamente para poderem equilibrar aquilo que são as decisões com que são confrontados nas reuniões, dizendo que, quando não têm esses dados, como é lógico ficam à nora, por assim dizer, num bom português, relativamente a estas situações. -----Disse que, quando se está a falar de valores de encaixe na ordem dos milhões, é algo que tem de merecer uma grande atenção e uma grande responsabilidade por parte daqueles que também são decisores e que também são chamados à responsabilidade em todas as decisões que sejam tomadas, quando anuem a essas decisões, frisando que os vereadores do Partido Socialista são responsabilizados por elas também, tal e qual o Executivo Permanente, dizendo que esta chamada de atenção é uma chamada de atenção para com o respeito para com os vereadores do Partido Socialista, no sentido de quando pedem esses relatórios. -----Disse ainda que, quando as empresas municipais foram criadas, foi os municípios entenderam entregar exatamente porque especializações de determinados serviços para gestão diferenciada, mas também para ser acautelado o interesse público e a transparência nessa gestão, dizendo assim que, quando os vereadores do Partido Socialista o pedem, é exatamente nesse efeito da transparência, para uma melhor visão e um melhor equilibrio nas decisões que possam ser tomadas. -----

O vereador Délio Carquejo concluiu dizendo Disse que, ao contrário daquilo que o Dr. Paulo Sérgio Pais possa estar a pensar no decorrer desta discussão, os vereadores do Partido Socialista não são contra a

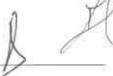


22/06/2020

existência da empresa municipal Feira Viva, mas entendem que, efetivamente, a estratégia que a Feira Viva tem de seguir é de congregar todos na discussão daquilo que tem de ser a viabilidade futura de uma empresa como esta, que depende de eventos e que também gere espaços municipais, acrescentando que tem de se perceber se, efetivamente, na estratégia futura e com estas injeções de capital que se vão sucedendo. vale a pena manter-se esta lógica ou se tem de se dar um passo atrás para, depois, se melhorar com dois passos à frente, frisando que é tão só isto que se está a discutir.-----Interveio novamente a vereadora Lia Ferreira dizendo que aproveita para referir que vai enviar, então, um requerimento a pedir informações sobre a gestão do Europarque. Interveio o vereador António Topa Gomes dizendo que acha que, para as discussões terem alguma razoabilidade, também se devem centrar as questões. -----Disse que a discussão da entrega dos armazéns e do espaço da Feira Viva é uma discussão que tem seguramente o seu lugar, mas é uma discussão completamente distinta desta discussão, e que o que está em causa é, objetivamente, se os pavilhões do Europarque são mais rentáveis no âmbito da atividade da Feira Viva ou se é preferível ter um espaço de armazenamento menos nobre fora, arrendado a privados ou não, o que não interessa, e que, evidentemente, não havendo atividade no Europarque e estando todos os pavilhões vazios, não faz sentido estar-se a pagar espaços arrendados. -----Disse também que se está a confundir tudo, que se está a querer comparar uma situação de decisão, num momento onde os pavilhões



22/06/2020



não têm utilização nenhuma, com uma situação de gestão, onde as duas coisas devem ser postas no prato da balança, dizendo que, para bem da situação, deve ser-se honesto nesta discussão, e que não há dúvida que, neste momento, a decisão tinha de ser tomada, porque o Europarque está completamente vazio e faz todo o sentido. -----O vereador António Topa Gomes concluiu dizendo que a outra discussão é uma discussão que pode ser tida, que não tem nenhuma oposição de princípio em tê-la, mas que não é discussão que se está a ter hoje, dizendo que se se quer confundir as duas coisas, esquecendose da situação atual, de facto, não vale a pena discutir-se. ------Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente em exercício, o qual usou o voto de qualidade, e dos vereadores Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, pedir autorização à Assembleia Municipal para contração, por parte da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., de um empréstimo de médio/longo prazo, pelo prazo de 6 anos, no valor de 1.200.000,00 €, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., nas condições propostas por esta instituição. -----Os vereadores António Bastos, Lia Ferreira, Délio Carquejo e Bruno Mota votaram contra. ------A vereadora Lia Ferreira fez a seguinte declaração de voto: -----"Os vereadores do Partido Socialista votaram contra, não porque não entendam a importância da Empresa Municipal, pelo contrário, entendemos e somos sensíveis à importância da Empresa Municipal, mas entendemos que tem que existir, paralelamente a esta injeção direta e crédito à banca, tem que existir um plano que nos dê alguma

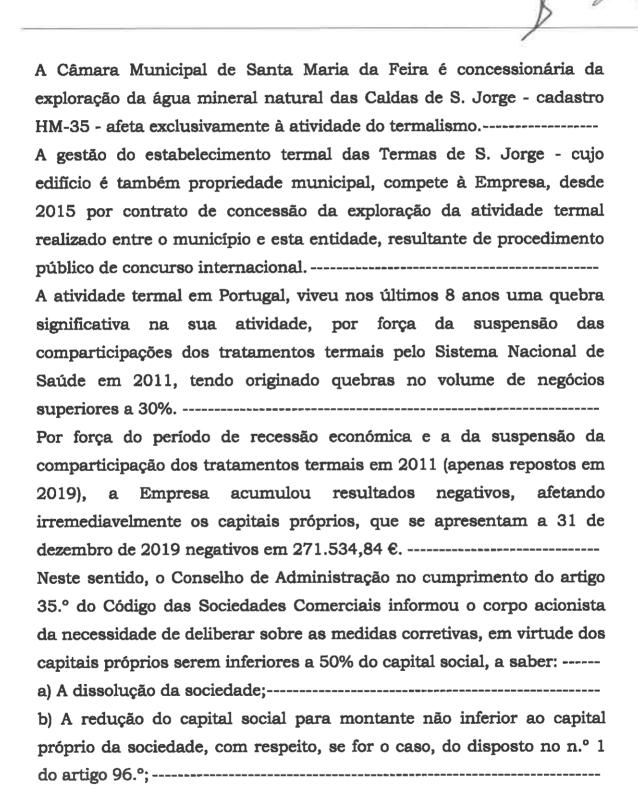


22/06/2020

segurança de que, realmente, as contas do Feira Viva, futuramente, vão ter um outro tipo de equilíbrio e que não vamos continuar a injetar, por ano, aos 4 milhões de cada vez, nos primeiros 6 meses do ano."-----O Sr. Presidente em exercício fez a seguinte declaração de voto: -----"O Executivo Permanente vota a favor por entender que este empréstimo é fundamental para a continuidade da Feira Viva e, ao mesmo tempo, para poder honrar os seus compromissos." ------Reentraram o Sr. Presidente da Câmara, bem como a Sra. Vice-Presidente, Cristina Tenreiro. -----Saiu da videoconferência a vereadora Teresa Vieira.-----5 - Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. -----O Sr. Presidente apresentou e explanou à Câmara o assunto em epigrafe, a que se refere a sua proposta, datada de 17 de junho de 2020, do seguinte teor: -----"Considerações: ------Com o intuito de fomentar o turismo em Santa Maria da Feira (Empresa), a Câmara Municipal criou em 1997, em parceria com entidades e empresas privadas a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. - uma entidade de capitais mistos em que 50% do capital pertence à Câmara Municipal sendo os restantes 50% detidos pelas entidades privadas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento turístico da região. -----A Empresa tem como objeto social: o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural, sendo responsável pela gestão das Termas de S. Jorge desde 1998.-----



22/06/2020





REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 22/06/2020



c) A realização pelos socios de entradas para reiorço da cobertura do
capital
Considerando ainda que:
- A Empresa é detida em 50% do capital social pela Câmara Municipal,
não se verificando os pressupostos de influência dominante nos termos
do artigo 19.°, n.° 1 da Lei n.° 50/2012, de 31 de agosto
- A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não tem poderes per si
para dissolver a sociedade de turismo,
- Por força da emergência de saúde pública de âmbito internacional,
provocada pela pandemia COVID-19, bem como das medidas
decretadas pelo Governo, através do Anexo I, n.º 7 do Decreto n.º 2-
A/2020, de 20 de março, foi determinado o encerramento de todos os
estabelecimentos termais em Portugal; o que no caso das Termas de S.
Jorge ocorreu após um período breve de laboração (um mês);
- Pela sua composição societária e pela situação dos capitais próprios
(negativos), não foi possível à Empresa aceder às medidas
extraordinárias de apoio ao financiamento disponibilizadas;
- Os acionistas privados da empresa, nunca auferiram de quaisquer
dividendos da sua participação, são entidades não lucrativas ou
associadas à exploração hoteleira, em situação de crise empresarial por
força da pandemia Covid-19, não tendo disponibilidade para realizar
entradas de capital, mas estando disponíveis para contribuir com a
redução da sua participação social;
- A deliberação das medidas corretivas resulta da imposição legal do
artigo 35.° CSC;



22/06/2020

- A importancia das Termas de S. Jorge como equipamento de interesse
público de saúde e de turismo para o município e da continuidade da
atividade termal não só pela oferta de saúde aos munícipes e visitantes,
mas também pelo fomento da economia local;
De acordo com a informação técnica e jurídica em anexo, a proposta de
medidas corretivas em sede do artigo 35.º do CSC para deliberação em
sede de assembleia geral da sociedade de turismo, pressupõe:
1. Redução do capital social privado
Redução do capital social em 124.400,00 euros, pela redução das
participações dos acionistas privados em 49,2%, ficando cada acionista
privado com apenas 1 ação de valor nominal de 100,00 €; contribuindo
com a sua participação social para a cobertura dos prejuízos e tornando
o Município de Santa Maria da Feira, detentor de 99,52% do capital
social;
2. Realização de entradas de capital em dinheiro no montante
422.000,00 €, pelos acionistas na proporção da sua nova participação
social, garantindo não só o cumprimento do artigo 35.º e artigo 95.º, n.º
1 CSC, competindo ao Município 419.984,08 €;
3. Transformação da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira,
S.A. em E.M
Proponho que a Câmara Municipal, nos termos das disposições nos
artigos 25.°, n.º 1, alínea n) e 33.º, número 1, alínea ccc), ambos da Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o artigo 22.º, n.º 1 da
Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto aprove e submeta para apreciação e
votação da Assembleia Municipal:



22/06/2020

1. A transformação da Sociedade de Turismo numa EM, pela aceitação
da redução do capital social privado e aumento da participação social
da Câmara Municipal para 99,52% do capital social, nos termos do
artigo 22.°, n.° 1, da Lei n.° 50/2012, de 31 de agosto;
2. A realização de prestações suplementares de capital nos termos do
disposto na al. c) do n.º 3 do art.º 35.º e dos art.ºs 94.º a 96.º, todos do
CSC, na proporção da sua nova participação social de 99,52%, no
montante de 419.984,08 € (o respetivo cabimento e compromisso da
despesa fica condicionado à aprovação da 2.ª Alteração Modificativa do
Orçamento e das Grandes Opções do Plano, com rubrica devidamente
dotada no montante de 419.985,00 €, e que será objeto de deliberação
na Assembleia Municipal de 26 de junho)
3. A designação do Representante do Município nas Assembleias Gerais
da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. que deliberem
sobre estas matérias.
Em anexo:
- Informação Técnica
- Parecer jurídico
- Estudo de viabilidade económica."
Acompanham a proposta supratranscrita os anexos a que a mesma se
refere - documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam
arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas
O vereador Délio Carquejo questionou o Sr. Presidente sobre se tomou
em conta outros cenários antes de apresentar a proposta em apreciação
para a transformação da Sociedade de Turismo em empresa local



22/06/2020



O Sr. Presidente respondeu que foram estudados vários cenários, dizendo que o Executivo Permanente pôs várias questões aos consultores jurídicos, sobre qual seria a melhor forma, e que uma delas seria a insolvência, que o Executivo Permanente pôs de parte desde logo, e que, após consulta aos juristas e ao maior especialista, talvez, nesta matéria, que assessorou o Município, o Professor Pedro Mota e Costa, e um advogado, bem como uma reunião com todos os parceiros privados, foi recomendada esta solução. -----O vereador Délio Carquejo questionou também a que se deve a manutenção dos acionistas privados nesta Sociedade, numa cota que não chega a 1% praticamente. -----O Sr. Presidente respondeu que foi o que foi recomendado pelos economistas e juristas, dizendo que até se chegou a pôr a hipótese de os acionistas privados oferecerem as suas cotas ao Município, porque, no fundo, ofereceriam uma cota que tem um valor zero, e quase todos estavam na disposição de o fazer, porque nunca receberam qualquer tipo de dividendo, e estar ou não estar na sociedade não acrescentaria nada para eles, sendo, no fundo, só um prejuízo.-----De seguida, o vereador Délio Carquejo disse que, em relação à solução que é apresentada à boleia da criação de mais uma empresa municipal para o Município, que já tem uma, recordaria só que, na reunião ordinária de 18 de dezembro de 2017, quando questionado pelo vereador António Bastos, o Sr. Presidente referiu que seria uma ideia muito interessante ser estudada a questão e que não colocava de fora de hipótese a Feira Viva agregar esta responsabilidade de gestão do



22/06/2020



balneário termal das Caldas de São Jorge, pelo que crê que essa solução também esteve em cima da mesa para o Sr. Presidente.-----O Sr. Presidente disse que pensa que, em função da transformação da empresa, no futuro, dentro de um ano ou dois, quem estiver na Câmara poderá olhar para essa hipótese, dizendo que é uma hipótese que não colocaria de parte, mas dada a urgência, porque a empresa está numa situação financeira complicada, foi recomendado que fosse tomada, de imediato, este conjunto de medidas, referindo que admite, embora tenha de ser bem estudado no futuro, que, dentro de um ano ou dois, possa haver uma fusão das empresas municipais. ------Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Gil Ferreira e António Topa Gomes, aprovar a proposta supratranscrita, designando o vereador Vítor Marques como representante do Município nas Assembleias Gerais da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. que deliberem sobre as matérias constantes daquela proposta. -----Os vereadores António Bastos, Lia Ferreira, Délio Carquejo e Bruno Mota abstiveram-se. -----O vereador Délio Carquejo fez a seguinte declaração de voto:-----"Relativamente a esta Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, o Sr. Presidente apresenta-nos aqui, então, uma solução à boleia de uma empresa municipal. ------Como o Sr. Presidente bem sabe, esta sociedade nasceu, inicialmente, para promover o Turismo e também Santa Maria da Feira, e já muitos episódios passaram sobre o avanço e recuo nesta Sociedade de



22/06/2020



Turismo, mas rapidamente se procedeu à exploração do Balneário das Termas das Caldas de São Jorge. -----Os resultados desta Sociedade sempre foram inócuos. Entre tempos os concursos ficaram desertos, e ficaram desertos porquê? Em nosso entender, porque a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e o seu Executivo sempre arrastaram este assunto com a barriga para a frente, descurando aquilo que era a necessidade de intervencionar o quê, e dissemos isso já em várias reuniões, de intervencionar a envolvente, de melhor as acessibilidades e de criar um suporte de hospedagem a quem procurava efetivamente essas Termas.-----A Câmara Municipal não potenciou o investimento público nem potenciou a parte privada, e vamos ver como é que vai ficar a questão da reversão do terreno para a construção do hotel, que já não vai ser concretizada, pelo menos por aquele empresário, e sabemos também, não temos a certeza, porque pensamos que já estará em Tribunal também esta questão e não percebemos o porquê, tendo em conta esta atribuição para o terreno ser a construção de um hotel a um preço simbólico, como disse o Sr. Presidente também nessas reuniões, e agora estarmos numa situação litigiosa. -----Bom, mas avançando, com toda esta falta de intervenção, por parte do Município, nós esperaríamos alguma vez, e permitam-me esta expressão, que algum louco empresário se aventurasse a construir o que quer que seja num projeto que apresenta resultados negativos ano após ano, sem diversificar a sua oferta, sem ter um melhoramento na oferta termal? -----



22/06/2020

1 A

Destes resultados negativos, tal como o Sr. Presidente também já teve oportunidade de dizer, só escaparam os anos em que a comparticipação para tratamentos termais do Serviço Nacional de Saúde reentraram. ----Esta não pode ser, efetivamente, a expectativa de quem gere esta sociedade. Tem de haver inovação, tem que haver criatividade, tem que haver reinvenção destes espaços. Nós, já em tempos, referimos a falta de serviços aliados à fisioterapia, e que são reforçados, por exemplo, no estudo da Ernest & Young, a criação e a venda de produtos dermocosméticos de marca registada alusiva às Termas, que pudessem projetar as próprias Termas, uma maior atenção do próprio Município na projeção deste próprio edifício e daquilo que são os seus serviços, para além daquilo que é a mera menção no site da Câmara Municipal a dizer que temos umas Termas. -É notória aqui a falta de investimento público. O órgão de gestão limitou-se, de facto, a aceitar a vinda de termalistas e não foi à procura de algo mais que lhe desse, efetivamente, uma margem maior de lucro para que não estivéssemos nesta posição. -----Por outro lado, verifica-se, no relatório de gestão, que aumentam os lucros e o prejuízo aumenta. Como é que isto se pode explicar neste bom ato de gestão?-----Os investimentos para conservação e a reparação, que foram, por exemplo, na ordem de 50.000,00 €, e que estão aqui expressos neste relatório, só puderam ser feitos graças à intervenção do reforço de tesouraria de um dos seus acionistas, de seu nome José Manuel Rodrigues Vieira, pois, caso não o fizesse, iriamos ter aqui um



22/06/2020

incumprimento fiscal, um incumprimento laboral e bancário dos gestores da Soctur.-----gestores da Soctur.-----Ora este, certamente, como outros acionistas que estavam nesta sociedade, gostariam de obter, de uma certa forma, este retorno na sua participação, que é coisa que não abunda por aquelas bandas, mas, pelo menos, salvaram-se, com esta intervenção, os atos de gestão.----Não é, de facto, novo, infelizmente, este cenário e lembramos que, já em 2017, a Ernest & Young fez um estudo que apontava vários cenários possíveis. Por que razão não procedeu em conformidade este Executivo e apresentou aqui, hoje, nesta reunião, perante nós, tal como eu fiz questão de fazer saber ao Sr. Presidente nestas perguntas introdutórias, não nos apresentou aqui hoje, então, 2 ou 3 cenários com projeções alicerçadas em estudos de viabilidade económico-financeira que permitissem, neste facto, avaliar a melhor solução para a Soctur? Isso não foi apresentado. ------Os pressupostos apresentados no presente estudo são muito suscetíveis e este é um estudo que, para nós, é feito em cima do joelho, este que se apresenta aqui para a passagem, este plano de projeto para a passagem a uma empresa local, e não sabemos, efetivamente, eu continuo sem perceber quem fez este estudo, como é que se pode manter, por exemplo, uma matriz de custos históricos de gastos com pessoal numa espiral ascendente, quando esta rubrica, na Sociedade, representa mais de 50% dos custos para manter esta referida sociedade. -----Chega-se ao cúmulo de referir na rubrica "Investimento" que não se prevê no período compreendido entre 2021 e 2025 haver a necessidade



22/06/2020



de incrementar novos investimentos. Como é que isto é possível num estudo sério e credivel que se nos apresenta? -----Então, porque não é apresentado aqui um plano de negócios viável, não é apresentado um plano previsional dos investimentos, não se apresenta com certeza e não se apresentam cenários que apontassem qual a melhor solução a apontar para o futuro do balneário termal, não preconiza um estudo sério de viabilidade económico-financeira, este Executivo também não acautela o investimento público necessário ao longo de anos para a viabilização deste nosso território, também pela experiência negativa que nós temos tido, já discutimos hoje aqui a prática de gestão da criação da empresa municipal Feira Viva, não temos a certeza, efetivamente, que esta seria ou será a melhor opção para a gestão do balneário público das Caldas de São Jorge, mas também não temos outros estudos que nos pudessem ser apresentados para que, em condições, com tempo, pudéssemos analisar e garantir aqui, perante vós e convosco, uma melhor solução do que esta que é apresentada. -----Mas porque também não somos parte do problema, mas somos parte da solução, nós abstemo-nos, porque entendemos que o Município, ao criar esta empresa municipal, entende ser aquela que é a melhor solução, neste momento, para não entrarmos numa insolvência de um ativo que é um ativo que representa culturalmente também o nosso território e porque nós não gostamos, ao contrário de vocês, do vosso Executivo Permanente, do achamos que é, nós vamo-nos abster efetivamente nesta votação deste ponto."-----O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto:-----



22/06/2020

"Eu queria fazer uma declaração de voto em nome dos eleitos do PSD.--Votámos a favor desta transformação da Sociedade de Turismo numa entidade empresarial local, de acordo com a lei e estudos efetuados por técnicos competentes, porque entendemos que o funcionamento do balneário das Termas de S. Jorge é um ativo muito importante para a dinamização económica do território. -----Entendemos que os prejuízos económicos causados pela pandemia seriam muito mais agravados se o Município não tomasse as providências necessárias para o funcionamento do balneário termal e para toda a dinamização económico-turística da região.-----Há um conjunto de investimentos, neste momento, associados ao balneário termal, nomeadamente a requalificação de toda a sua envolvente e a ligação do passadiço ao longo do Rio Uíma até às Termas das Caldas de São Jorge. Estamos certos que, nos próximos 2, 3 anos, irão dar uma nova vida àquele espaço. ------Esta é a razão pela qual os eleitos do PSD votaram a favor desta transformação, desejando que, no futuro, o sucesso da empresa se concretize, face ao interesse secular daquele balneário para o território." Reentrou a vereadora Teresa Vieira. -----6 - Contrato-programa a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Norte, IP - Construção das Unidades de Saúde de Canedo, Nogueira da Regedoura e Milheirós de Poiares------ Aprovação de minuta -----O Sr. Presidente apresentou e explanou à Câmara o assunto em epigrafe, a que se refere a sua proposta, datada de 17 de junho de 2020, do seguinte teor: ------



22/06/2020



"Considerando a publicação do Aviso NORTE-42-2019-59 pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) para apresentação de candidaturas para investimentos em Infraestruturas de Saúde; -----Considerando que são beneficiários elegíveis as "entidades públicas que prestam serviços de saúde ou outras entidades públicas mediante protocolo com os serviços e organismos do ministério responsável pela área da saúde"; -----Considerando que, relativamente às Unidades de Saúde de Canedo, Nogueira da Regedoura e Milheirós de Poiares, se encontram elaborados os projetos para submeter às respetivas candidaturas àquele programa, Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do contrato-programa a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., que se anexa." -----Acompanha a proposta supratranscrita a minuta a que a mesma se refere - cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----O vereador Délio Carquejo questionou se a obra em questão vai ser feita com dinheiros da Câmara ou públicos, do Estado, ao que o Sr. Presidente respondeu que vai ser feita com dinheiro dos fundos comunitários e do Município na parte que não for comparticipada por fundos comunitários. ------O vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, Vítor Marques, acrescentou que, efetivamente, há um esforço financeiro enorme por parte do Município, porque os valores



22/06/2020

dos fundos comunitários para cada uma das candidaturas ficam aquém
do valor real que vai ser necessário
Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou,
por unanimidade, aprovar a proposta supratranscrita, cometendo a
tramitação do assunto ao Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços
Verdes, Saúde e Ação Social
7 – Unidade de Saúde de Canedo
- Aprovação do projeto
O Sr. Presidente apresentou à Câmara o projeto em epigrafe, a que se
refere a proposta do vereador do Pelouro das Obras Municipais,
Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa
Gomes, datada de 17 de junho de 2020, do seguinte teor:
"Considerando a intenção do Município de Santa Maria da Feira e da
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, IP, de construir
a Unidade de Saúde de Canedo,
Proponho que a Câmara Municipal delibere:
Aprovar o projeto da Unidade de Saúde de Canedo, para elaboração de
candidatura com vista à sua construção."
A Câmara tomou conhecimento deliberou, por unanimidade, aprovar a
proposta supratranscrita, cometendo a respetiva tramitação do assunto
ao Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e
Ordenamento do Território e ao Pelouro da Administração e Finanças
8 – Unidade de Saúde de Nogueira da Regedoura/São Paio de
Oleiros
- Aprovação do projeto



22/06/2020

O Sr. Presidente apresentou à Câmara o projeto em epigrafe, a que se refere a proposta do vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, datada de 17 de junho de 2020, do seguinte teor: -----"Considerando a intenção do Município de Santa Maria da Feira e da ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, IP, de construir a Unidade de Saúde de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, ----Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----Aprovar o projeto da Unidade de Saúde de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, para elaboração de candidatura com vista à sua construção." -----A Câmara tomou conhecimento deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supratranscrita, cometendo a respetiva tramitação do assunto ao Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território e ao Pelouro da Administração e Finanças. --9 - Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares ------ Aprovação do projeto ------O Sr. Presidente apresentou à Câmara o projeto em epigrafe, a que se refere a proposta do vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, datada de 17 de junho de 2020, do seguinte teor: -----"Considerando a intenção do Município de Santa Maria da Feira e da ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, IP, de construir a Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares, -----Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 22/06/2020

Aprovar o projeto da Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares, para
elaboração de candidatura com vista à sua construção."
A Câmara tomou conhecimento deliberou, por unanimidade, aprovar a
proposta supratranscrita, cometendo a respetiva tramitação do assunto
ao Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e
Ordenamento do Território e ao Pelouro da Administração e Finanças
Assembleia Municipal/Sessão Ordinária de 26 de junho de 2020
A Câmara tomou conhecimento do oficio do Sr. Presidente da
Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira n.º 6028, de 15 de junho
de 2020, disponibilizado, oportunamente, a todos os membros da
Câmara, conjuntamente com os documentos da reunião, a informar da
realização da sessão ordinária daquele órgão em 26 de junho de 2020,
pelas 20 horas e 30 minutos
Aprovação do texto das deliberações em minuta
Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Regimento da Câmara Municipal,
foi aprovado, por unanimidade, em minuta, o texto das deliberações
tomadas
Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 15 minutos, o Sr. Presidente
encerrou a reunião de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada pelo
Sr. Presidente e pela Chefe de Gabinete que secretariou a reunião e que
a lavrou
O Presidente da Câmara, diskrende tota
A Chefe de Gabinete, faria habel boares Campos esous